

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GERENCIAL: O CASO DA UNIDADE DE GERENCIAMENTO DE PROJETOS DE PELOTAS – RS

RAFAEL JOSÉ CARUCCIO¹; NAIARA DAL MOLIN²

¹Universidade Federal de Pelotas – rafaelcaruccio@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – naymolin@terra.com.br

1. INTRODUÇÃO

Desde aproximadamente 2004, o Brasil alterou sua posição entre as maiores economias mundiais, pois da décima terceira posição subiu para a sétima, chegando, em 2011, a ser a sexta economia. Tanto a diversificação de parceiros comerciais – principalmente com a diminuição da importância dos Estados Unidos para nosso comércio, aliado ao fato de a China ter se tornado nosso maior parceiro comercial – quanto ao rumo novo-desenvolvimentista (PINHO, 2012) dado ao país pelo governo PT, fez surgir novas oportunidades de crescimento e desenvolvimento para diversas regiões do Brasil. O surgimento do PAC, de certa forma, está inserido neste contexto. O caso de Rio Grande é exemplar, seguido por Pelotas. O PAC vem proporcionando às duas cidades certo destaque entre as cidades do Rio Grande do Sul, tanto pelo Polo Naval em Rio Grande quanto por diversas obras envolvendo a cidade de Pelotas. Além disso, segundo a Fundação de Economia e Estatística (FEE), Pelotas foi o município do Rio Grande do Sul que mais cresceu, conforme o último cálculo (2013).

Neste novo contexto, a prefeitura de Pelotas criou a UGP em 2006 (*Unidade Gestora de Projetos*; a partir de 2009, *Unidade de Gerenciamento de Projetos*). Esta unidade não é uma secretaria, e sim um órgão do executivo municipal integrado ao gabinete do prefeito. Essa unidade surgiu no final de 2006 para que Pelotas estivesse apta a receber o PDMI (Plano de Desenvolvimento Municipal Integrado), garantido pela União e financiado pelo BIRD. Conforme consta nas Leis Municipais 5.302/06 e 5.551/09, a UGP tem como função coordenar os projetos de desenvolvimento da região, tanto os financiados pelo Banco Mundial quanto os financiados pelo Governo Federal.

O BIRD exigiu a criação deste órgão como condição para a liberação de recursos. Nascida em 2006 como *Unidade Gestora de Projetos*, inicialmente coordenava e executava obras financiadas pelo BIRD e, em 2009, passou a se chamar *Unidade de Gerenciamento de Projetos*, vinculando-se ao PAC. O *Plano de Desenvolvimento Municipal Integrado*, iniciado em 2006, atendia cinco municípios do Rio Grande do Sul: Pelotas, Rio Grande, Uruguaiana, Bagé e Santa Maria. Em Pelotas ele foi denominado *Pelotas Polo do Sul*. Além disso, em balanço de 2013 do PAC 2 realizado pelo governo federal, constata-se que muitas obras previstas para serem feitas pelo *Pelotas Polo do Sul* ficaram a cargo do próprio PAC.

Apesar da exigência em relação à UGP ser oriunda do BIRD, a prefeitura de Pelotas optou por mantê-la funcionando mesmo após a desvinculação com os financiamentos daquela instituição. Atualmente ela existe primordialmente para executar e fiscalizar obras do PAC, prestando contas à Caixa Econômica Federal.

Em parte, a manutenção da UGP mesmo após o término do financiamento do Banco Mundial ocorreu justamente porque, segundo a superintendente entrevistada, a Caixa Econômica Federal também exigiu a criação de uma comissão executora e fiscalizadora, tarefa que coube à já existente UGP.

Seria a UGP – criada em caráter contingencial, porém sendo mantida ainda hoje – uma forma de melhor aproveitamento de recursos, através da supervisão de políticas públicas? Serve para ajudar a garantir a governança do município ao mesmo tempo em que presta contas à sociedade, num rol de exigências legais e centralizadoras da União?

2. METODOLOGIA

Em termos de pesquisa de campo, analisaremos a documentação referente à UGP. Neste caso, as leis que a oficializaram. Também documentos referentes às tarefas ao encargo da unidade.

Além disso, pretendemos ter acesso às obras já executadas pela UGP. Também realizaremos entrevistas com alguns funcionários-chave da administração municipal, principalmente da UGP, mas não apenas. É muito provável que haverá a necessidade de sabermos a impressão que outras secretarias possuem a respeito da UGP.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para abordarmos o tema do Estado nas últimas décadas, as crises e as reformas pelas quais ele tem passado, pretendemos analisar o conceito de burocracia, sua evolução histórica a partir das periódicas transformações das relações do Estado com a sociedade, além de verificar como ocorreu a reforma do Estado em direção à administração gerencial.

Na primeira parte, discorreremos sobre a reforma do Estado brasileiro nos anos 90 e sua repercussão nos dias de hoje. Sua idealização como forma de superar a suposta crise do Estado desenvolvimentista, sempre inserido no contexto ditado pelo capitalismo central, que, querendo ou não, acabamos copiando. Nesta parte cabe um espaço aos críticos da reforma do Estado e o contraponto conceitual entre a lógica de administração pública gerencial e a burocracia weberiana.

Na segunda parte, caracterizamos o conceito de burocracia a partir do seminal estudo de Max Weber (2009a e 2009b) realizado em *Economia e Sociedade*, ainda com a contribuição de Mariângela Bairros (2003). Os autores caracterizam o processo burocrático como um tipo específico de dominação.

Na terceira parte, o tema se direciona para as políticas públicas. A partir de reflexões de autores como Marta Rodrigues (2013), por exemplo, tratamos da relação entre a suposta administração gerencial, sua lógica concreta e a formulação de políticas públicas.

4. CONCLUSÕES

Este trabalho sugere, inicialmente, que as mudanças ocorridas na administração brasileira desde a década de 1990 implicaram também em mudanças institucionais, incluindo a relação entre municípios e governo central. A pesquisa pretende avançar tanto nessa direção (federalismo) quanto aprofundar os estudos sobre gerencialismo e sobre governança.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAIRROS, M. **Burocracia em carne e osso: os funcionários municipais de Porto Alegre frente às mudanças nos processos decisórios locais**. 2003. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, ligado ao Banco Mundial.

Economia brasileira avançou 2,3% em 2013, diz IBGE. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/02/economia-brasileira-avancou-23-em-2013-diz-ibge.html>> Acesso em: 10 mar. 2014.

MARIANO, N. Zero Hora, Porto Alegre, 17 de dez. de 2013. Pelotas tem maior crescimento do PIB entre os municípios do Rio Grande do Sul.

PINHO, C. E. S. O nacional-desenvolvimentismo e o novo-desenvolvimentismo no Brasil: expansão interna, externa e o discurso social-democrata. In: **Achegas.net: Revista de Ciência Política**, [S.l.], nº 45, p. 3-31, dez. 2012. <http://www.achegas.net/numero/45/carlos_eduardo_45.pdf> Acesso em: 14 nov. 2013.

RODRIGUES, M. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2013.

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. Brasília: Ed. UnB, 2009a. V. 1

WEBER, M. **Economia e Sociedade**. Brasília: Ed. UnB, 2009b. V. 2

World Bank. Project Appraisal Document on a proposed Loan in the amount of US\$ 18,90 million to the municipality of Pelotas with a guarantee each from the Federative Republic of Brazil in support of the second phase of the US\$ 66 million Rio Grande do Sul Integrated Municipal Development Program (PDMI). 21 nov. 2007 [s.l.].